

Concessionária
Aeroporto Rio de Janeiro S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015
e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase – Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Essas investigações encontram-se em andamento, não havendo como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esses temas.

Ênfase – Continuidade operacional

Conforme descrito na Nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$1.957.347 mil, oriundos, principalmente, da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras e do passivo pela aquisição da concessão. Os planos da administração para reequilíbrio dessa situação estão descritos na referida nota e envolvem a extensão de prazos de pagamentos de certos passivos, captação de empréstimo de longo prazo, além de aportes de capital dos acionistas e geração adicional de caixa das operações. A não concretização desses planos suscita dúvida substancial sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.



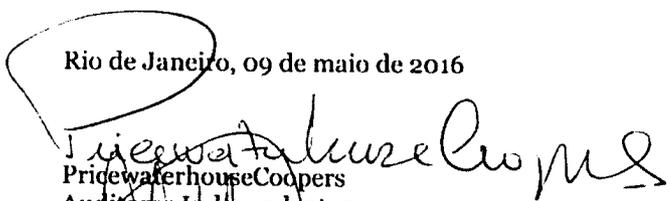
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

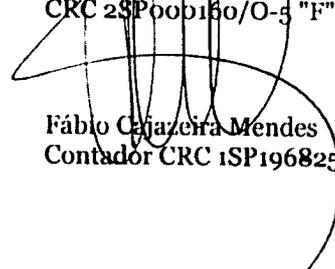
Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é uma informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2016


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-3 "F" RJ


Fábio Cajazeira Mendes
Contador CRC 1SP196825/O-0 "S" RJ

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Balanco patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	224.511	453.010	Financiamentos (Nota 13)	1.109.053	714
Contas a receber (Nota 8)	167.651	66.741	Fornecedores e contas a pagar (Nota 14)	160.630	46.153
Estoques	6.156	6.078	Partes relacionadas (Nota 9)	54.480	41.997
Tributos a recuperar	12.778	12.089	Obrigações sociais e trabalhistas	30.224	15.480
Despesas antecipadas	5.222	4.046	Adiantamento de clientes (Nota 15)	26.109	10.441
Partes relacionadas (Nota 9)	18.489	12.612	Tributos a pagar	13.503	7.953
Outros ativos	1.907	1.991	Credor pela aquisição da concessão (Nota 16)	969.535	848.323
	436.714	556.567	Repasse de adicionais sobre tarifa (Nota 17)	30.527	34.007
				2.394.061	1.005.068
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Financiamentos (Nota 13)		435.175
Contas a receber (Nota 8)	3.664		Credor pela aquisição da concessão (Nota 16)	10.649.313	9.811.475
Tributos diferidos (Nota 10 (b))	50.940	29.199	Adiantamento de clientes (Nota 15)	72.738	52.206
Despesas antecipadas	5.564	7.549	Contingências cíveis	15	
	60.168	36.748	Fornecedores e contas a pagar (Nota 14)		5.835
				10.722.066	10.304.691
Imobilizado (Nota 11)	2.146	1.713	Patrimônio líquido		
Intangível (Nota 12)	13.871.606	11.019.415	Capital social (Nota 18)	1.353.897	361.385
			Prejuízo acumulado	(99.390)	(56.701)
	13.933.920	11.057.876		1.254.507	304.684
Total do ativo	14.370.634	11.614.443	Total do passivo e do patrimônio líquido	14.370.634	11.614.443

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2015	Período de 4 de fevereiro a dezembro de 2014
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 19)	2.198.901	685.313
Custo dos serviços (Nota 20)	(1.800.705)	(592.837)
Lucro bruto	398.196	92.476
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 21)	(152.152)	(92.222)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido	246.044	254
Receitas financeiras (Nota 22)	62.087	24.404
Despesas financeiras (Nota 22)	(372.561)	(110.558)
Resultado financeiro, líquido	(310.474)	(86.154)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(64.430)	(85.900)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 10 (a))	21.741	29.199
Prejuízo líquido do exercício/período	(42.689)	(56.701)
Total do resultado abrangente do exercício/período	(42.689)	(56.701)
Prejuízo por ação básico das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício/período (expresso em R\$ por ação) (Nota 23)	(0,04)	(0,17)

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do prejuízo no exercício/período apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Capital</u>	<u>A integralizar</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	<u>Total</u>
Constituição do capital social em 4 de fevereiro de 2014	1			1
Aumento de capital social (Nota 18)	722.769	(361.385)		361.384
Prejuízo do período			(56.701)	(56.701)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>722.770</u>	<u>(361.385)</u>	<u>(56.701)</u>	<u>304.684</u>
Aumento de capital social (Nota 18)	631.127	361.385		992.512
Aumento de capital social a integralizar (Nota 18)	436.496	(436.496)		
Prejuízo do exercício			(42.689)	(42.689)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>1.790.393</u>	<u>(436.496)</u>	<u>(99.390)</u>	<u>1.254.507</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
3 de 30

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>Período de 4 de fevereiro a dezembro de 2014</u> (Reapresentado - Nota 2.22)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(64.430)	(85.900)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	40.942	11.611
Contingências cíveis	15	
Ajuste a valor presente	121.217	50.968
Variação monetária	<u>247.765</u>	<u>57.311</u>
	345.509	33.990
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(104.574)	(66.741)
Partes relacionadas	6.606	29.385
Tributos a recuperar	(689)	(11.662)
Estoques	(78)	(6.078)
Despesas antecipadas	809	(11.595)
Outros ativos	84	(1.991)
Fornecedores e outras contas a pagar	108.642	41.530
Obrigações sociais e trabalhistas	14.744	15.480
Tributos a pagar	5.550	7.953
Outorga variável	30.833	12.273
Adiantamento de clientes	36.200	62.647
Repasse de adicionais sobre tarifa	<u>(3.480)</u>	<u>34.007</u>
Caixa proveniente das operações	<u>440.156</u>	<u>139.198</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(427)
Juros pagos sobre financiamentos	(48.570)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>391.586</u>	<u>138.771</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições intangível	(1.392.036)	(490.548)
Outorga fixa	(854.241)	
Aquisições de imobilizado	<u>(906)</u>	<u>(1.897)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.247.183)</u>	<u>(492.445)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de financiamentos	634.586	445.299
Aumento e integralização do capital social	992.512	361.385
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>1.627.098</u>	<u>806.684</u>
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalente de caixa	<u>(228.499)</u>	<u>453.010</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	<u>453.010</u>	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período	<u>224.511</u>	<u>453.010</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do valor adicionado

Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2015	Período de 4 de fevereiro a dezembro de 2014
Receitas		
Receita de serviços	855.638	242.998
Receita de construção ICPC 01	1.448.087	473.529
	<u>2.303.725</u>	<u>716.527</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos operacionais	(337.673)	(119.308)
Custo de obras de infraestrutura ICPC 01	(1.448.087)	(473.529)
Outros		(17.837)
	<u>(1.785.760)</u>	<u>(610.674)</u>
Valor adicionado bruto	517.965	105.853
Depreciação e amortização	(40.942)	(11.611)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>477.023</u>	<u>94.242</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	62.087	24.404
Valor adicionado total a distribuir	<u>539.110</u>	<u>118.646</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	102.338	55.089
Remuneração direta	85.495	50.002
Benefícios	12.616	3.446
FGTS	4.227	1.641
Impostos, taxas e contribuições	105.252	9.263
Federais	80.451	577
Estaduais	70	7
Municipais	24.731	8.679
Remuneração de capitais de terceiros	374.209	110.995
Encargos financeiros e outros	374.209	110.995
Remuneração de capitais próprios	(42.689)	(56.701)
Prejuízo do período	(42.689)	(56.701)
Valor adicionado distribuído	<u>539.110</u>	<u>118.646</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (“CARJ” ou “Companhia”) foi constituída em 4 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social exclusivo, a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim – Galeão (“Aeroporto do Galeão” ou “Galeão”), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção, gerenciamento e exploração do Aeroporto do Galeão.

(a) Contrato de concessão

Em 2 de abril de 2014, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do Aeroporto do Galeão, decorrente do Edital de concessão n. 01/2013, com o período correspondente a 25 anos e extensível por mais 5 anos. A Companhia iniciou suas operações em 12 de agosto de 2014.

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária e do complexo, a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (“Infraero”) para a Companhia;
- FASE I-B - Reforma do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no Plano de Exploração Aeroportuária–PEA.

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Galeão, a Companhia se obriga a pagar à União parcelas anuais de contribuição fixa e variável, referente ao valor de R\$ 19.018.000 dividido em 25 parcelas anuais e ao percentual de 5% da receita bruta, respectivamente. Adicionalmente possui como remuneração as receitas tarifárias: tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias à exploração de atividades econômicas que envolva a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

(b) Capital Circulante Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com o Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$1.957.347, basicamente em virtude da segunda parcela da outorga vincenda em maio de 2016, e da dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”), com vencimento em 15 de junho de 2016. Conforme inicialmente previsto em seu *business plan*, a Companhia previa a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES juntamente com bancos comerciais e mercados de capitais para financiamento dos investimentos previstos e executados referentes à Fase I–B, cujas obras foram concluídas em abril de 2016.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Porém, a deterioração do cenário econômico e político do país trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas. Conforme mencionado acima, a Companhia já obteve uma primeira extensão do prazo de pagamento para junho de 2016. A Companhia e os seus acionistas encontram-se em negociação com o BNDES e bancos comerciais para extensão do empréstimo ponte para abril de 2017 em termos aceitáveis para todas as partes, enquanto seguem trabalhando na conversão do empréstimo ponte em empréstimo de longo prazo.

Adicionalmente, a Companhia e os seus acionistas encontram-se em negociações com a ANAC e agentes governamentais para suspender temporariamente o pagamento da parcela fixa da outorga previsto para maio de 2016 até o fim de 2016. De acordo com o contrato de concessão, o ônus financeiro após a data de vencimento será de juros atrelados à SELIC e multa de 2% sobre o saldo devedor. A parte disto, a Companhia tem envidando esforços junto ao BNDES e ao poder concedente para equalização de eventuais desdobramentos e consequências decorrentes dos fatos acima. Há ainda em curso uma iniciativa conjunta das seis concessionárias aeroportuárias para discussão com a ANAC e agentes governamentais sobre como reestruturar os pagamentos da outorga fixa, de forma que melhor atendam aos fluxos de caixa operacionais dos aeroportos.

Outros fluxos de recursos previstos para 2016 provêm (i) do aumento da capacidade operacional e expansão das áreas comerciais, com a conclusão das obras da Fase I-B, trazendo incremento das receitas e, por consequência, na geração operacional de caixa, além da realização de dois grandes eventos esportivos no Rio de Janeiro, cuja principal porta de entrada é o Aeroporto Internacional do Galeão, e (ii) recursos oriundos de aporte para integralização de capital dos acionistas (Nota 18).

(c) Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências de algumas empresas do Grupo Odebrecht, incluindo a controladora indireta Odebrecht S.A. Embora a Companhia não tenha sido objeto de busca e apreensão, e não haja como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, a administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia.

Reforçamos que, no limite no nosso conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos, ex-executivos ou funcionários nas referidas acusações e desconhecemos qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvos envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado. A Companhia não tem conhecimento de qualquer tipo de investigação em andamento pela Administração Pública Federal, bem como qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, a Companhia ressalta que, logo após sua constituição e ainda no ano de 2014, foi implantando um sistema de Conformidade com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial (“Sistema de Conformidade”). Esse Sistema de Conformidade, adotado pela Companhia, inclui: (i) implementação do Código de Conduta, já aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) criação e plena operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) implantação do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 09 de maio de 2016.

2 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo acrescidos dos rendimentos até a data do balanço e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.3 Ativos financeiros

(i) Classificação, Reconhecimento e Mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(ii) *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado.

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*.

(iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2015, compreendem as rubricas "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber" (Notas 7 e 8, respectivamente).

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, que não difere dos valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD ou *impairment*).

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise trimestral individual do saldo de cada título por cliente, em conjunto aos responsáveis dos setores comercial, crédito e cobrança e jurídico identificando a probabilidade de seu recebimento. O montante considerado pela Administração é suficiente para suprir eventuais perdas.

2.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

Os estoques correspondem às compras de materiais de reposição e manutenção para as atividades do Aeroporto do Galeão.

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens referentes aos bens não conversíveis ao poder concedente. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A depreciação é calculada utilizando o método linear considerando seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada (Nota 11). Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.9 Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As aquisições de bens reversíveis efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente, ao final da concessão, em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

A amortização deste ativo intangível, representado pelos dispêndios realizados para ampliar a estrutura aeroportuária, é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de consumo do benefício econômico esperado (curva de demanda de passageiros) ao longo do prazo de concessão do aeroporto, respeitando a vida útil do bem corpóreo.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 12.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de consumo do benefício econômico futuro e as despesas financeiras, provenientes da atualização, capitalizadas em função da curva de capacidade instalada nos terminais, que evolui mediante os investimentos em infraestrutura.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando a taxa de juros anual NTNB - 150540 de 6,22%, taxa equivalente de mercado estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

2.10 Credor pela aquisição da concessão

Representa as obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto do Galeão que são registradas inicialmente a valor justo, amortizados pelas liquidações financeiras e estão registradas no passivo não circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12 Financiamentos

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de financiamento gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamento são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes representam valores cedidos a clientes, em virtude de cumprimento de cláusulas contratuais.

2.15 Repasse de adicionais sobre tarifas

Estão, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e corresponde aos valores a serem repassados ao Fundo Nacional de Aviação Civil e Departamento de Controle do Espaço Aéreo incidentes sobre as tarifas aeroportuárias.

2.16 Capital social

As ações ordinárias e aportes de capital são classificados no patrimônio líquido.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Receitas de serviços

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

(ii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras são imateriais para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18 Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.19 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

2.20 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco.
- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.21 Reapresentação

A Companhia reclassificou certos saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício de 2014, originalmente aprovadas pelo Conselho Fiscal em 20 de março de 2015. As reclassificações são:

- Ativo circulante e Demonstração do Fluxo de Caixa - Reclassificação de R\$ 8.660 do Contas a receber para a conta de Partes relacionadas;
- Passivo circulante e Demonstração do Fluxo de Caixa - Reclassificação de R\$ 13.980 da conta de Fornecedores e contas a pagar para a conta de Partes relacionadas.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Conciliação das reclassificações no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014

	Originalmente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Contas a receber (Nota 8)	75.401	(8.660)	66.741
Partes relacionadas (Nota 9)	3.952	8.660	12.612
	<u>79.353</u>		<u>79.353</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	60.133	(13.980)	46.153
Partes relacionadas (Nota 9)	28.017	13.980	41.997
	<u>88.150</u>		<u>88.150</u>

(b) Conciliação das reclassificações na demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2014

Variações nos ativos e passivos	Originalmente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)
Contas a receber	(75.401)	8.660	(66.741)
Partes relacionadas	24.065	5.320	29.385
Fornecedores e contas a pagar	55.510	(13.980)	41.530
	<u>4.174</u>		<u>4.174</u>

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício de 2015 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas novas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 10.b).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Capitalização e amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece a capitalização das despesas financeiras e o efeito da amortização dos ativos intangíveis, decorrentes do contrato de concessão, através da curva de capacidade instalada e dos métodos linear e da projeção da curva de demanda de passageiros, limitado ao prazo final da concessão, respectivamente. A Administração entende que são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporados no ativo.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio, conforme mencionado na Nota 1.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez para a proteção e rentabilidade de seus ativos e do seu patrimônio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para cumprir os seus compromissos conforme determinado pelas previsões de caixa elaboradas pela Companhia.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Acima de um ano</u>
Em 31 de dezembro de 2015		
Financiamentos (Nota 13)	1.109.053	
Fornecedores e contas a pagar (Nota 14)	160.630	
Credor pela aquisição da concessão (Nota 16)	969.535	10.649.313

(d) Risco associado a taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação das taxas de juros, podendo causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém 100% de seus empréstimos atrelados à taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e à taxa de risco de crédito anual de 2,4%.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(i) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras, sendo as principais exposições de risco de mercado da Companhia.

Decorre a possibilidade da concessionária sofrer ganhos e perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos e obrigações com o poder concedente estão vinculados à variação da TJLP, Índice de preços ao consumidor aplicado ("IPCA") e Certificado de depósito bancário ("CDI").

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros são:

Ativo Financeiro	31 de dezembro de 2015	Risco / indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	224.511	CDI	31.746	23.821	15.850
Referência de ativos financeiros CDI (% ao ano)			Cenário provável 14,14%	Cenário A 10,61%	Cenário B 7,06%
Passivo Financeiro					
Operação	31 de dezembro de 2015	Risco / indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos	1.121.239	TJLP	84.093	105.172	126.139
Concessão de serviço poder público	11.585.262	IPCA	810.968	1.013.710	1.216.453
Referência de passivos financeiros			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)			7,50%	9,38%	11,25%
IPCA (% ao ano)			7,00%	8,75%	10,50%

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a TJLP, o IPCA e a taxa de CDI.

(e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(f) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

(g) Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Total dos financiamentos (Nota 13)	1.109.053	435.889
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(224.511)</u>	<u>(453.010)</u>
Dívida líquida	884.542	(17.121)
Total do patrimônio líquido	<u>1.254.507</u>	<u>304.684</u>
Total do capital	<u>2.139.049</u>	<u>287.563</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>41</u>	<u>N/A</u>

N/A – Não aplicável - Em 31 de dezembro de 2014, como demonstrado no quadro, a Companhia possui dívida líquida negativa (excedente de caixa sobre as obrigações por financiamento).

5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém depósitos bancários e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver):

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u> (Reapresentado)
Ativo financeiro da concessão		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Contas a receber (Nota 8)	171.315	66.741
Partes relacionadas (Nota 9)	<u>18.489</u>	<u>12.612</u>
	189.804	79.353
Caixa e equivalentes de caixa		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira (Nota 7)	224.375	452.695
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral e numerários em trânsito (Nota 7)	<u>136</u>	<u>315</u>
	<u>224.511</u>	<u>453.010</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativos, conforme o balanço patrimonial		(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	224.511	453.010
Contas a receber (Nota 8)	171.315	66.741
Partes relacionadas (Nota 9)	18.489	12.612
	<u>414.315</u>	<u>532.363</u>
		Outros passivos financeiros
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Financiamentos (Nota 13)	1.109.053	435.889
Fornecedores e contas a pagar (Nota 14)	160.630	51.988
Partes relacionadas (Nota 9)	54.480	41.997
Credor pela aquisição da concessão (Nota 16)	11.618.848	10.659.798
Repasse de adicionais sobre tarifa (Nota 17)	30.527	34.007
	<u>12.973.538</u>	<u>11.223.679</u>

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa geral	5	4
Bancos conta movimento	9.663	6.925
Numerários em trânsito	131	311
Aplicações financeiras (*)	214.712	445.770
	<u>224.511</u>	<u>453.010</u>

(*) A Concessionária possui aplicações em fundo exclusivo de investimento, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e ativos financeiros de bancos de primeira linha.

O fundo é remunerado pela taxa média de 100% do CDI, sem prazo de carência e baixo risco de crédito, com liquidez imediata.

8 Contas a receber

A Companhia possui contas a receber em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 171.315 (31 de dezembro de 2014, R\$ 66.741), sendo R\$ 10.743 vencidas (31 de dezembro de 2014, R\$ 15.381). Esses créditos estão sendo negociados e recebidos de forma gradativa e, com base nos conhecimentos dos negócios, a administração não espera perdas na realização.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição dos valores a receber de clientes está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)
Ativo circulante:		
Comercial	126.274	27.291
Aeroportuária	35.787	32.499
Teca	5.585	6.833
Outras contas a receber	615	118
PCLD	(610)	
	<u>167.651</u>	<u>66.741</u>
Ativo não circulante:		
Comercial	<u>3.664</u>	
	<u>171.315</u>	<u>66.741</u>

Os valores a receber por vencimento estão apresentados abaixo:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)
Ativo circulante:		
A vencer	156.908	51.360
Títulos vencidos:		
De 1 a 30 dias	2.983	3.123
De 31 a 60 dias	1.320	2.773
De 61 a 90 dias	2.661	4.788
De 91 a 180 dias	1.079	4.697
Acima de 180 dias	2.700	
	<u>10.743</u>	<u>15.381</u>
	<u>167.651</u>	<u>66.741</u>
Ativo não circulante:		
A vencer	<u>3.664</u>	
	<u>171.315</u>	<u>66.741</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Partes Relacionadas

(a) Saldos

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u> (Reapresentado)
Ativo circulante:		
Contas a receber - Infraero (i)	18.489	12.612
Passivo circulante:		
Salários a pagar - Infraero (ii)	2.062	12.141
Valores a pagar - OTP (iii)		6.185
Almoxarifado - Infraero (iv)	4.910	4.910
Valores a pagar - Infraero (v)	16.118	12.785
Valores a pagar - Excelente BV / Excelente Brasil (vi)	31.390	5.976
	<u>54.480</u>	<u>41.997</u>

(b) Transações

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u> (Reapresentado)
Resultado:		
Receita com armazenagem - Infraero (i)		97
Receita comercial - Infraero (i)	14.537	12.515
Custo com pessoal - Infraero (ii)	(996)	(12.141)
Despesa com serviços de auditoria e consultoria (iii)		(6.185)
Custo com serviços de terceiros (v)	(3.332)	(12.785)
Custo com serviços de terceiros (vi)	(57.496)	(5.976)
Custo com serviços de construção (vii)	(1.118.588)	(454.856)
	<u>(1.165.875)</u>	<u>(479.331)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a armazenagem, valores de telefonia e a aluguel de espaços à Infraero.
- (ii) Refere-se a reembolso de salários e encargos dos funcionários cedidos pela Infraero durante o processo de transição operacional do Aeroporto do Galeão.
- (iii) Refere-se ao reembolso de despesas da Odebrecht Transport S.A. ("OTP") com a estruturação da concessionária.
- (iv) Refere-se a itens de almoxarifado adquiridos da Infraero.
- (v) Refere-se a repasse proporcional à Infraero pela utilização dos terminais de carga.
- (vi) Refere-se a valores a pagar à Excelente BV / Excelente Brasil ("empresas do acionista indireto *Changi Airports International*"), pelos serviços de consultoria técnica.
- (vii) Refere-se aos gastos com construção da infraestrutura do aeroporto realizada pelo Consórcio Construtor Galeão, formado pelas consorciadas Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNOBR") e MPE Engenharia e Serviços S.A. ("MPE"), com participação de 90% e 10%, respectivamente. A empresa MPE não faz parte do grupo Odebrecht.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia totalizou o montante de R\$ 12.198 (31 de dezembro de 2014, R\$ 9.250).

(d) Participação nos lucros e resultados

Em 2015, a Companhia pagou participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 11.572, referente à provisão registrada em 2014 no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia constituiu a provisão de R\$ 21.484 referente ao pagamento a ser realizado em 2016.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31 de dezembro de 2015	Período de 4 de fevereiro a dezembro de 2014
Prejuízo antes dos impostos	(64.430)	(85.900)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	21.906	29.206
Ajustes para apuração da alíquota efetiva: Exclusões (adições) permanentes e temporárias, líquidas	(165)	(7)
Total de IR e CSLL diferidos	21.741	29.199

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	343.424	99.334
Diferenças temporárias	105.255	35.072
Tributos diferidos ativos	448.679	134.406
Passivo não circulante		
Amortização do Intangível (linear)	(371.035)	(105.207)
Diferenças temporárias	(26.704)	
Tributos diferidos passivos	(397.739)	(105.207)
Tributos diferidos líquidos	50.940	29.199

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

Os impostos diferidos referem-se basicamente a prejuízos fiscais sobre a diferença entre os critérios de amortização da outorga fiscal e contábil, pelo método linear e pela curva da demanda de passageiros, respectivamente, e a diferença temporária proveniente da divergência entre o tratamento contábil e fiscal para os juros sobre empréstimos capitalizáveis.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e a realização do passivo para fins tributários está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Realização do diferido		
	Ativo	Passivo	Líquido
2024	6.069		6.069
2025	47.752		47.752
2026	56.000	(53.146)	2.854
2027	88.437	(64.114)	24.323
2028 em diante	250.421	(280.479)	(30.058)
Total	448.679	(397.739)	50.940

11 Imobilizado

(a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	967	(199)	768	432
Móveis e utensílios	10	841	(110)	731	572
Ferramentas e aparelhos	10	280	(55)	225	107
Veículos	20	715	(293)	422	602
		2.803	(657)	2.146	1.713

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Saldo no início do exercício/período	1.713	
(+) Adições	906	1.897
(-) Depreciação	(473)	(184)
Saldo no final do exercício/período	2.146	1.713

A depreciação alocada à despesa administrativa é de R\$ 473 (31 de dezembro de 2014, R\$ 184).

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível

(a) Composição

	Taxas anuais médias de amortização (%)				31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
		Custo	Atualização monetária	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)						
Edificações e instalações	4	143		(1)	142	
Máquinas e equipamentos	4	16.271		(307)	15.964	178
Móveis e utensílios	4	1.971		(58)	1.913	162
Veículos	4	13.070		(237)	12.833	8.460
Intangível em formação		1.913.744			1.913.744	469.964
Adiantamento a fornecedores		14.825			14.825	4.372
		1.960.024		(603)	1.959.421	483.136
Outros intangíveis (ii)						
Direito de outorga da concessão		9.524.449	2.428.607	(50.666)	11.902.390	10.528.324
Softwares adquiridos de terceiros	4	10.422		(627)	9.795	7.955
		9.534.871	2.428.607	(51.293)	11.912.185	10.536.279
		11.494.895	2.428.607	(51.896)	13.871.606	11.019.415

(i) Intangível em infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

A Companhia adota o procedimento de capitalizar 100% dos custos de financiamento diretamente atribuíveis às aquisições de sua infraestrutura. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de custos de financiamento capitalizável foi de R\$ 62.614 (31 de dezembro de 2014, R\$ 714).

(ii) Outros intangíveis

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato (Nota 2.9).

Os *softwares* correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao custo dos serviços.

(b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo	478.829	10.539.580	8.061	4.372	11.030.842
Amortização acumulada	(65)	(11.256)	(106)		(11.427)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	478.764	10.528.324	7.955	4.372	11.019.415
Aquisições	1.379.222		2.361	10.453	1.392.036
Encargos capitalizados	87.148	1.413.476			1.500.624
Amortização	(538)	(39.410)	(521)		(40.469)
Saldo contábil	1.944.596	11.902.390	9.795	14.825	13.871.606
Custo	1.945.199	11.953.056	10.422	14.825	13.923.502
Amortização acumulada	(603)	(50.666)	(627)		(51.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.944.596	11.902.390	9.795	14.825	13.871.606

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Financiamentos

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Financiamento BNDES	R\$	TJLP+ 2,4%	1.109.053	435.889
Passivo circulante			(1.109.053)	(714)
Passivo não circulante				435.175

Em 30 de outubro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 1.106.000, a ser liberado parceladamente, com vencimento do principal em 15 de junho de 2016. Em 23 de dezembro de 2014; 28 de abril de 2015; 24 de julho de 2015 e 21 de outubro de 2015, o BNDES liberou os valores de R\$ 450.000; R\$ 173.000; R\$ 250.000 e R\$ 233.481, respectivamente. Até outubro de 2015 as liberações totalizaram R\$ 1.106.481.

Durante o exercício de 2015 foi iniciado o pagamento das parcelas de juros. Em 13 de fevereiro de 2015; 14 de maio de 2015; 03 de agosto de 2015 e 16 de novembro de 2015, a Companhia liquidou as parcelas de juros do contrato de financiamento do BNDES nos valores de R\$ 5.397; R\$ 9.168; R\$ 14.616 e R\$ 19.389, respectivamente. Até novembro de 2015 os pagamentos totalizaram R\$ 48.570.

O valor em 31 de dezembro de 2015, está apresentado pelo valor justo e líquido do custo de transação no montante de R\$ 12.185.

(a) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("Fiadores"). Em favor dos Fiadores foram oferecidas em garantia as ações do projeto e os direitos creditórios da concessão, além do contrato do suporte de capital ESA (*Equity Support Agreement*).

As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas pela Companhia até 31 de dezembro de 2015.

14 Fornecedor e contas a pagar

O montante de R\$ 160.630 (31 de dezembro de 2014, R\$ 51.988), refere-se substancialmente a obrigações a pagar a fornecedores pela contratação de serviços de engenharia e construção da infraestrutura e manutenção, limpeza e segurança.

15 Adiantamento de clientes

Os valores registrados na rubrica de adiantamento de clientes no montante de R\$ 98.847 (31 de dezembro de 2014, R\$ 62.647) sendo R\$ 26.109 no passivo circulante e R\$ 72.738 no passivo não circulante, referem-se a receitas não tarifárias de cessão de espaços físicos para fins comerciais, que serão apropriados aos exercícios futuros conforme a sua competência.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Credor pela aquisição da concessão

	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outorga fixa a pagar (a)	927.255	22.753.798	836.050	18.914.914
Ajuste a valor presente (a)		(12.104.485)		(9.103.439)
Outorga variável a pagar (b)	42.280		12.273	
	<u>969.535</u>	<u>10.649.313</u>	<u>848.323</u>	<u>9.811.475</u>

- (a) A outorga fixa foi registrada com base no direito contratual da Companhia de explorar o complexo aeroportuário do Galeão, e será pago em 25 parcelas anuais (Nota 1). O cálculo do valor presente foi efetuado considerando a taxa de juros anual de 6,22%. Em maio de 2015, a Companhia liquidou a primeira parcela da outorga fixa no montante de R\$ 854.241.
- (b) A outorga variável é devida anualmente, sendo calculada ao percentual de 5% sobre a receita operacional bruta. Em 11 de maio de 2015, a Companhia liquidou a outorga variável referente ao exercício de 2014 no montante de R\$ 12.150.

17 Repasse de adicionais sobre tarifa

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Fundo Nacional de Aviação Civil ("FNAC") (a)	13.036	13.457
ATAERO (b)	17.052	20.233
PAN e PAT (c)	439	317
	<u>30.527</u>	<u>34.007</u>

- (a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei n. 9.825, de 23 de agosto de 1999.
- (b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela Lei n. 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrado dos usuários.
- (c) Repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA - Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

18 Patrimônio líquido

Em 4 de fevereiro de 2014, a Companhia foi constituída mediante a emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 999 ações emitidas para Rio de Janeiro Aeroportos S.A. ("RJA") e 1 ação emitida para Odebrecht Transport Aeroportos S.A. ("OTPA"), no valor de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelas acionistas RJA e OTPA.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 17 de fevereiro de 2014, foi aprovado aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 184.305, representado por 184.305.350 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, pela acionista RJA.

Em 10 de março de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 538.464, representado por 538.463.650 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 177.079, representado por 177.078.650 ações ordinárias, integralizados pela Infraero em 12 de março de 2014. Os aumentos adicionais do capital aprovado de R\$ 184.306, representados por 184.306.350 ações ordinárias, e R\$ 177.079, representados por 177.078.650 ações ordinárias, serão integralizados pela RJA e Infraero, respectivamente, até o prazo máximo de 30 de abril de 2016.

Em 6 de abril de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 631.127, representado por 631.127.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 321.874, representado por 321.874.770 ações ordinárias, integralizados pela RJA em 22 de abril de 2015 e R\$ 309.252, representado por 309.252.230 ações ordinárias, integralizados pela Infraero em 24 de abril de 2015.

Em 8 de dezembro de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 436.496, representado por 436.496.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 222.613, representado por 222.612.960 ações ordinárias, a serem integralizados pela RJA, até o prazo máximo de 15 de abril de 2016 e R\$ 213.883, representado por 213.883.040 ações ordinárias, a serem integralizados pela Infraero até o prazo máximo de 15 de abril de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social e o quadro acionário da Companhia está representado a seguir:

<u>Acionistas</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Ações nominativas</u>	<u>Participação (%)</u>
Rio de Janeiro Aeroportos S.A.	690.487	222.613	913.100.430	51%
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	663.410	213.883	877.292.570	49%
	<u>1.353.897</u>	<u>436.496</u>	<u>1.790.393.000</u>	<u>100%</u>

19 Receita líquida

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>Período de 4 de fevereiro a dezembro de 2014</u>
Receita de Construção	1.448.087	473.529
Receita de operação bruta		
Receita aeroportuária	246.456	86.382
Receita com armazenagem	200.876	64.897
Receita comercial	417.399	93.673
Outras receitas	9.732	506
	<u>874.463</u>	<u>245.458</u>
Receita bruta total	<u>2.322.550</u>	<u>718.987</u>
Tributos sobre serviços de operação	(103.854)	(31.214)
Devoluções e cancelamentos	(19.795)	(2.460)
	<u>2.198.901</u>	<u>685.313</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Custos dos serviços

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>Período de 4 de fevereiro a dezembro de 2014</u>
Custo de operação		
Depreciação, amortização do intangível	(38.961)	(5.582)
Serviços de terceiros	(194.575)	(75.803)
Custo de material	(29.142)	(9.284)
Outorga variável	(42.275)	(12.273)
Custo com água, esgoto e energia elétrica	(44.719)	(9.275)
Custos administrativos	(2.946)	(7.091)
	<u>(352.618)</u>	<u>(119.308)</u>
Custos de construção da infraestrutura	<u>(1.448.087)</u>	<u>(473.529)</u>
	<u>(1.800.705)</u>	<u>(592.837)</u>

21 Despesas gerais e administrativas

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>Período de 4 de fevereiro a dezembro de 2014</u>
Despesa com pessoal	(118.881)	(49.903)
Serviços de auditoria e consultoria	(18.326)	(33.894)
Gastos gerais	(13.886)	(7.964)
Outros	(1.059)	(461)
	<u>(152.152)</u>	<u>(92.222)</u>

22 Resultado financeiro, líquido

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>Período de 4 de fevereiro a dezembro de 2014</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	58.250	22.991
Variação cambial	6	685
Variação monetária	623	2
Juros sobre atraso	1.052	297
Descontos obtidos	2.156	429
	<u>62.087</u>	<u>24.404</u>
Despesas financeiras		
Variação monetária	(247.765)	(57.818)
Variação cambial	(17)	(128)
Ajuste a valor presente	(121.217)	(50.968)
Juros e comissões bancárias	997	(1.443)
Outras	(4.559)	(201)
	<u>(372.561)</u>	<u>(110.558)</u>
	<u>(310.474)</u>	<u>(86.154)</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Prejuízo por ação

(a) Básico

O prejuízo básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período findo em 31 de dezembro de 2015:

	31 de dezembro de 2015	Período de 4 de fevereiro a dezembro de 2014
Prejuízo do exercício/período atribuível aos acionistas da Companhia titulares de ações	(42.689)	(56.701)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (lote de mil)	1.124.319	335.881
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,04)	(0,17)

Não existem itens com potencial de diluição.

24 Seguros

A Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro de veículos	Tokio	30/09/2016	(*)
Seguro de riscos nomeados e operacionais	AIG	02/04/2016	2.409.938
Seguro de risco de engenharia	AIG	30/04/2018	2.132.932
Seguro com riscos de terrorismo e sabotagem	AIG	02/10/2016	800.000
Seguro garantia executante concessionário	BTG Pactual	31/03/2019	647.654
Seguro de responsabilidade civil	MAPFRE	17/04/2016	350.000
Seguro D&O	AIG	04/07/2016	50.000
Seguro de responsabilidade civil	AIG	17/04/2016	30.000
Seguro responsabilidade obras empregador	AIG	30/04/2016	30.000
Seguro de riscos ambientais	AIG	30/04/2016	10.000
Seguro de responsabilidade civil	Tokio	12/08/2016	1.000

(*) 110% da Tabela FIPE

25 Eventos subsequentes

Em 15 de Março de 2016, a Companhia assinou o aditivo n. 1 ao contrato de financiamento junto ao BNDES, prorrogando o termo final do prazo de carência do contrato de financiamento de 15 de fevereiro de 2016 para 15 de maio de 2016 e a data do vencimento da parcela única de amortização, de 15 de março de 2016 para até 15 de junho de 2016.

Em 29 de abril de 2016, os acionistas da Companhia realizaram a integralização de capital social no montante de R\$ 436.496, referente ao capital social subscrito e não integralizado em 08 de dezembro de 2015, sendo R\$ 222.613, representado por 222.612.960 ações ordinárias, integralizados pela RJA e R\$ 213.883, representado por 213.883.040 ações ordinárias, integralizados pela Infraero.

* * *